



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

MESTRADO EM FINANÇAS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO DISSERTAÇÃO

A ADEQUAÇÃO DE CAPITAL NAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS EM PORTUGAL

MAFALDA JULIÃO ROMÃO

ORIENTAÇÃO:

PROFESSOR FERNANDO FÉLIX CARDOSO

MARÇO – 2013

Índice

Índice de Ilustrações.....	4
Índice de Gráficos	4
Índice de Tabelas.....	4
Índice de Anexos.....	4
Resumo	5
Abstrat.	6
Agradecimentos.....	7
Introdução	8
Capítulo 1 – O Acordo de Capital: Basileia II	9
1 - Âmbito e origem do Acordo	9
2 – Os três Pilares de Basileia II	11
2.1 – Determinação dos Requisitos Mínimos de Fundos Próprios.....	11
2.2 – Processo de Avaliação pela Autoridade de Supervisão.....	11
2.3 – Disciplina de Mercado	12
3 – O Impacto de Basileia II nas instituições financeiras.....	13
3.1 – Impacto na rentabilidade do Capital.....	13
3.2 – Impacto na Gestão do Risco.....	14
Capítulo 2 – Requisitos Mínimos de Capital.....	15
1 – O primeiro pilar de Basileia II.....	15
2 – Composição dos Fundos Próprios Totais	16
3 – Métodos de Avaliação de Risco e Cálculo dos Requisitos de cobertura	18
3.1 - Tratamento do Risco de Crédito	19
3.1.1 - Cálculo dos Requisitos para cobertura do Risco de Crédito	21
3.2 - Tratamento do Risco de Mercado	22
3.2.1 - Cálculo dos Requisitos para cobertura do Risco de Mercado.....	22
3.3 - Tratamento do Risco Operacional	23
3.3.1 - Cálculo dos Requisitos para cobertura do Risco Operacional	24
4 – Cálculo dos Requisitos de Fundos Próprios Totais	25
Capítulo 3 – Avaliação dos rácios resultantes da aplicação do Rácio Core Tier I.....	26
1 – Âmbito do Estudo	27
1.1- Amostra.....	27
1.2- Metodologia	27
2 - Problematização.....	28
3 – Estudo analítico da amostra.....	31
3.1 – Grupo Espírito Santo.....	33
3.2 – Generalização da análise para o total da amostra.....	36

3.2.1 – Rácio de Autonomia Financeira.....	36
3.2.2 – Programa de Recapitalização das Instituições de Crédito Portuguesas.....	38
Conclusão.....	39
Contributos.....	40
Limitações do Estudo.....	40
Propostas para estudos futuros	41
Bibliografia	42
Anexos	45

Índice de Ilustrações

Ilustração 1 - Impacto nos Requisitos de Capital	14
Ilustração 2 - Diferenças entre IRB Foundation e IRB Advanced	20
Ilustração 3 - Quadro dos Fundos Próprios de Base Disponíveis	25
Ilustração 4 - Quadro dos Fundos Próprios Disponíveis para Risco de Crédito	26
Ilustração 5 - Principais diferenças entre Basileia I e Basileia II	29

Índice de Gráficos

Gráfico 1 -Evolução do Rácio Tier I (2005-2009)	30
Gráfico 2 - Evolução do Rácio de Solvabilidade (2005-2009)	31
Gráfico 3 - Necessidades de Capital (milhões €)	35
Gráfico 4 - Rácio de Autonomia Financeira	37
Gráfico 5 - Injeções de Capital (milhões de €).....	38

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Elementos que concorrem para o numerador do Rácio Core Tier I (milhares de euros)	33
Tabela 2 - Rácio Core Tier I do Grupo Espírito Santo (Hipótese testada e Efetivo)	34
Tabela 3 - Cálculo das Necessidades de Capital do Grupo Espírito Santo (milhões €)	35

Índice de Anexos

Anexo 1 - Estrutura do Acordo de Basileia II.....	45
Anexo 2 - Decomposição dos Fundos Próprios de Base Elegíveis	45
Anexo 3 - - Decomposição dos Fundos Próprios Complementares Elegíveis	46
Anexo 4 - Decomposição dos Fundos Próprios Suplementares	46
Anexo 5 - Rácio Core Tier I.....	46
Anexo 6 - Rácio de Solvabilidade.....	47
Anexo 7 - Elementos que compõe o numerador do Rácio Core Tier I	47
Anexo 8 - Excerto do Relatório da EBA (Outubro 2012).....	48

Resumo

A adequação de Capital no Sistema Bancário é hoje uma das maiores preocupações do Banco de Portugal, tendo este, inclusivamente, tomado algumas iniciativas em prol deste objetivo que vão para além das diretivas determinadas pelo CEBS (Committee of European Banking Supervisors) no documento intitulado Basileia II. Este acordo veio introduzir novos e mais exigentes requisitos de capital próprio e de gestão de risco das Instituições Financeiras. No entanto estas diretivas, transpostas para o ordenamento jurídico português em 2007, revelaram-se insuficientes, pelo que se aguarda a entrada em vigor do Acordo Basileia III. O presente estudo surge à luz destas novas diretivas propostas para a regulação da Banca, e pretende abordar o tema da Adequação de Capital nas Instituições Bancárias em Portugal, tentando aferir o comportamento do Core Tier I no caso do Acordo de Basileia II ter previsto uma alteração à composição dos Fundos Próprios Base.

Palavras-chave: Adequação de Capital; Acordo de Basileia II; Supervisão; Solvabilidade.

Abstrat

Capital adequacy in Banking System is one of the major concerns of Banco de Portugal nowadays. Thus, this institution has taken some measures to favor this goal that go beyond the guidelines established by CEBS (Committee of European Banking Supervisors) in the Basel II. This accordance introduced new and more demanding requirements of equity and Financial Institutions' risk management. However, these guidelines, transposed to Portuguese legal system in 2007 showed themselves insufficient, whereby Basel III implementation is still awaited. This paper is based on the new guidelines proposed to banking regulation and aims to address the issue of Capital Adequacy in Banking Institutions in Portugal, trying to assess the behavior of Core Tier I in the case of Basel II have foreseen an amendment to composition of Capital Base

Key-words: Capital Adequacy; Basel Accord II; Supervision; Solvency.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador Professor Fernando Félix Cardoso que, ao longo de vários meses, pacientemente me apoiou na realização desta dissertação, partilhando comigo o seu saber e vasto conhecimento nesta temática.

Agradeço igualmente à minha família, que sempre unida nos bons e maus momentos, aguardou com grande expectativa esta conquista.

À minha colega Margarida Filipe, que tendo recentemente elaborado a sua própria dissertação, me facultou conhecimentos adquiridos e disponibilizou muito do seu tempo para me acompanhar na prossecução deste objetivo: Muito Obrigada.

Quero também agradecer à Associação Portuguesa de Bancos (APB) por me ter disponibilizado os dados relativos aos seus Boletins Estatísticos. Esta informação foi muito relevante para a análise da amostra escolhida.

Introdução

Os últimos anos têm sido cruciais para o funcionamento do sistema bancário em todo o mundo: desde o implodir de uma das maiores crises financeira que o mundo presenciou, às atualizações das normas contabilísticas, passando pelas regras impostas pelos Acordos de Capital (Basileia I e II) no âmbito da avaliação de risco e adequação de capital. As instituições bancárias enfrentam hoje grandes desafios, tentando conciliar o sucesso das suas atividades com a correta avaliação dos reais riscos em que incorrem.

A solvabilidade das instituições constitui hoje uma das maiores preocupações dos reguladores internacionais, dado que traduz a capacidade destas fazerem face aos compromissos e encargos de médio e longo prazo. As regras prudenciais têm assim como objetivo a manutenção de elevados níveis de solvabilidade, garantindo a solidez dessas instituições e a estabilidade do sistema financeiro.

A presente dissertação pretende avaliar os níveis de solvabilidade as instituições bancárias portuguesas, à luz dos acordos de capital, e aferir o comportamento do Rácio Core Tier I, no período entre 2005 e 2009, no caso do Acordo de Basileia II ter previsto uma alteração à composição dos Fundos Próprios Base.

O trabalho divide-se em três capítulos. O primeiro descreve o Acordo de Basileia II, apresentando as razões que motivaram a sua aplicação e descrevendo a sua estrutura (os três pilares de Basileia). O Capítulo dois pormenoriza o primeiro pilar de Basileia II, Adequação de Fundos Próprios, descrevendo a composição dos Fundos Próprios Elegíveis para o Rácio de solvabilidade, e os métodos para avaliação dos diferentes tipos de risco. O Capítulo três desenvolve a questão central desta dissertação, onde são avaliados os rácios de solvabilidade e a composição dos Fundos Próprios dos Bancos que compõem a amostra. Por fim, apresentam-se as conclusões.

Capítulo 1 – O Acordo de Capital: Basileia II

1 - Âmbito e origem do Acordo

Após várias crises no sector bancário, as entidades reguladoras dos países industrializados desenvolveram um Acordo de Capital, conhecido por Basileia I. O acordo foi publicado em 1988 e estabeleceu, entre outros princípios, requisitos mínimos de capital para todos os bancos: o rácio de solvabilidade deveria ser, no mínimo, igual a 8%. Este princípio previa a ocorrência de perdas inesperadas associadas apenas ao risco de crédito. Este acordo foi implementado na íntegra por todos os seus subscritores até ao final de 1992.

Alguns anos após a implementação de Basileia I, tornou-se evidente para o Comité de Supervisão Bancária¹ que a abordagem utilizada pelos bancos no controlo do risco e mensuração dos requisitos mínimos de capital se afastava cada vez mais das exigências da constante inovação financeira. Acontecimentos como as crises monetárias na Ásia e Rússia, o colapso do Barings Bank e a crescente volatilidade dos mercados financeiros, desencadearam a necessidade de rever o Acordo de Basileia I. Deu-se início a uma profunda revisão do primeiro Acordo de Capital, e em Junho de 2004 é publicado o documento intitulado "*International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards: a Revised Framework*", conhecido por Basileia II, tendo este sido subscrito por cerca de 110 países. Esse acordo entrou em vigor no final do ano de 2006, sendo que as abordagens de medição de risco mais avançadas foram sendo postas em prática no decorrer de 2007. Por essa altura, a Comissão Europeia transpôs para o âmbito Europeu as instruções do Acordo de Basileia II, considerando-as de aplicação

¹ O Comité de Supervisão Bancária de Basileia é formado por Bancos Centrais e Entidades Supervisores de diversos países de todo o mundo.

obrigatória nas instituições de crédito e sociedades de investimento que operam na União Europeia. O regime de adequação de capital proposto em Basileia II foi acolhido no ordenamento jurídico comunitário através da publicação das Diretivas 2006/48/CE e 2006/49/CE.

A transição de Basileia I para Basileia II não pode ser vista como uma rutura nos princípios anteriormente definidos, mas como um processo evolutivo que pretendia fortalecer a solidez e robustez do sistema bancário internacional. Um dos grandes objetivos de Basileia II seria o de “alargar o regime de fundos próprios, não o limitando à fixação de rácios regulamentares mínimos, de modo a reconhecer a relevância da atuação das autoridades de supervisão e da disciplina de mercado” (Banco de Portugal – Supervisão Prudencial)².

Esse Acordo de Capital estava estruturado em três pilares³ que, interligados, permitiriam promover abordagens realistas sobre a gestão do risco e do capital, contribuindo assim para a estabilidade financeira através da existência de: 1) uma maior sensibilidade dos requisitos de capital aos riscos efetivos; 2) uma maior mobilização de recursos que permitiram identificar e analisar os riscos; 3) a mensuração do impacto de potenciais perdas subjacentes aos riscos incorridos; 4) uma avaliação dos modelos definidos pelas instituições por parte da autoridade de supervisão e da consistência na divulgação de informação.

² Nota do Banco de Portugal sobre o acordo de Basileia II em <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisao/SupervisaoPrudencial/Paginas/BasileiaII.aspx>

³ Ver Anexo 1 – Estrutura do Acordo de Basileia II

2 – Os três Pilares de Basileia II

2.1 – Determinação dos Requisitos Mínimos de Fundos Próprios

O primeiro pilar, estabelece as regras relativas à determinação dos Requisitos Mínimos de Capital, calculados através da avaliação do risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. Neste acordo havia uma clara diferenciação nas classes de risco, característica que não era contemplada no primeiro acordo, e forneciam-se mais ferramentas para a gestão do risco. Para cada uma das tipologias de risco o Acordo de Basileia II prevê várias metodologias, que deverão ser escolhidas pelas próprias instituições e, em alguns casos, aprovadas pelo Supervisor. Pretende-se, desta forma, que os requisitos de capital sejam mais sensíveis ao risco, para que o valor do capital vá acompanhando as flutuações do perfil de risco das instituições.

2.2 – Processo de Avaliação pela Autoridade de Supervisão

O segundo pilar define o papel do supervisor, devendo este assegurar que cada instituição financeira tem instituído um processo de avaliação adequado às suas necessidades, para que disponham de fundos próprios adequados aos riscos que incorrem. Através do segundo pilar torna-se importante que a Supervisão verifique a capacidade das instituições financeiras de avaliarem as suas necessidades de fundos próprios, sendo seu dever intervir caso estas se desajustem do seu perfil de risco. Desta forma o regime de adequação de capital não se limita apenas à fixação de rácios regulamentares antes requer uma participação ativa das Autoridades de Supervisão, encorajando o desenvolvimento e utilização de técnicas de gestão de risco mais eficazes. Neste pilar está ainda prevista a possibilidade do supervisor exigir às

Instituições capital adicional para cobertura de riscos não previstos ou não previstos completamente pelo Pilar I.

Em 2006 o Comité das Autoridades Europeias de Supervisão Bancária (CEBS) publicou um documento intitulado “*Guidelines on the Application of the Supervisory Review process under Pillar II*”, que pretende promover convergência e homogeneidade das práticas das autoridades de supervisão.

O Acordo de Basileia II “define quatro áreas onde o processo de revisão e supervisão vem complementar os requisitos mínimos de capital previstos no Pilar I e os requisitos de divulgação previstos no Pilar III, nomeadamente: 1) Análise dos riscos parcialmente cobertos pelo Pilar I, onde a revisão individual de cada instituição revele problemas que não foram cobertos de forma adequada pelos requisitos gerais; 2) Análise de outros riscos não cobertos pelo Pilar I (concentração, reputação, estratégico); 3) Impacto de fatores externos à instituição, como por exemplo, os efeitos dos ciclos económicos; 4) Garantir a conformidade dos vários requisitos operacionais e de divulgação associados ao uso das abordagens avançadas para os riscos de crédito e operacional ou o uso de técnicas específicas de mitigação de risco de crédito” (IAPMEI – *O novo Acordo de Basileia*, Maio de 2007, p.9).

2.3 – Disciplina de Mercado

O terceiro pilar é referente à Disciplina de Mercado e nele se estabelecem os requisitos de divulgação de informação ao mercado, fomentando a transparência na gestão de risco das instituições e tornando as decisões investimento baseadas em critérios sólidos. A informação divulgada deverá ser suficiente, consistente e

transparente, e abranger as seguintes áreas: âmbito de aplicação de Basileia II, adequação de Capital, exposição ao Risco e avaliação.

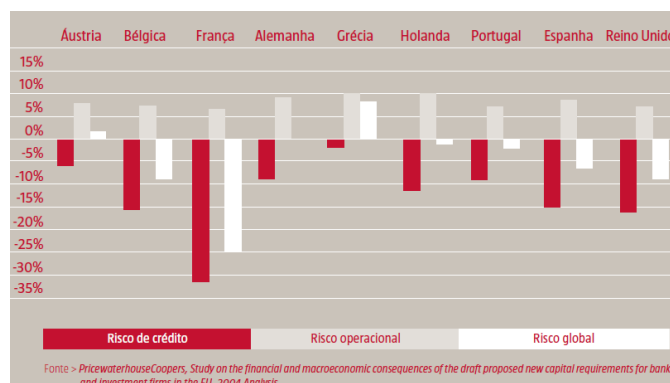
O Pilar III consiste também num mecanismo através do qual os investidores (depositantes e obrigacionistas) penalizam as instituições que assumem riscos excessivos. Desta forma, atribui-se ao mercado um papel de reforço da disciplina do sistema financeiro. A força da disciplina de mercado pode ser direta, quando os investidores exigem taxas de juros mais elevadas ao verificar que os bancos incorrem em riscos elevados (custo de *funding*). Esta força pode registar-se ainda de forma indireta, através da restrição do volume de *funding* das instituições de crédito que incorrem em riscos excessivos.

3 – O Impacto de Basileia II nas instituições financeiras

3.1 – Impacto na rentabilidade do Capital

As adoção de abordagens mais sofisticadas na mensuração do risco de crédito, na medida em que aferem com maior precisão os níveis de exposição de risco das instituições, iriam implicar reduções nos requisitos de capital. Segundo um estudo elaborada pela consultora PricewaterhouseCoopers em Outubro de 2006 “é expectável que os requisitos de capital serão tanto menores, quanto maior for o grau de complexidade das abordagens. Da mesma forma, também os custos associados à adoção e posteriormente gestão/monitorização serão crescentes com o grau de sofisticação das abordagens escolhidas” (IAPMEI – *o Novo Acordo de Basileia*, Maio de 2007, p.5). Partindo do mesmo princípio, também os requisitos para cobertura de risco operacional tenderiam a diminuir. As reduções no capital regulatório permitiam libertar capital para investimentos mais rentáveis ou aumentar a atividade de crédito.

Ilustração 1 - Impacto nos Requisitos de Capital



Fonte: “O Novo Acordo de Basileia”, IAPMEI - 2007

A Ilustração 1 provem do estudo da consultora PricewaterhouseCoopers (2004), a pedido da Comissão Europeia, sobre as consequências das novas diretivas para os requisitos de capital. Esse estudo estimava que o impacto das novas diretivas nos requisitos de capital em Portugal seria negativo em 9% para o risco de crédito e positivo e 7% para o risco operacional. De acordo com um outro estudo, *Quantitative Impact Study 3* (QIS3), era “expectável que os requisitos de capital globais do sistema bancário europeu [reduzissem] em 5.3%” (IAPMEI – *O Novo Acordo de Basileia*, Maio de 2007, p.11).

3.2 – Impacto na Gestão do Risco

Basileia II representava um forte incentivo às práticas de gestão, recomendando que fossem transversais a toda a organização. Um dos grandes *upgrades* seria na gestão do risco, com melhorias significativas nos sistemas de informação e métodos de mensuração do risco. Desta forma, seria possível melhorar a alocação de capital aos riscos assumidos. O tratamento do risco em Basileia II seria uma linguagem comum a reguladores, agências de *rating* e investidores em geral.

Capítulo 2 – Requisitos Mínimos de Capital

1 – O primeiro pilar de Basileia II

No primeiro pilar de Basileia II foram estabelecidos os requisitos mínimos de capital a serem cumpridos pelas instituições bancárias, através dos quais está assegurada a cobertura do risco de crédito, de mercado e operacional. Tal como em Basileia I, os requisitos mínimos de capital são determinados através do rácio de adequação de capital, definindo este que os bancos detenham capital elegível que corresponda a, pelo menos, 8% do total dos ativos ponderados pelo risco.

O rácio de adequação de capital sofreu alterações com a instituição de Basileia II: para além do risco de crédito (contemplado desde 1988, aquando da publicação do primeiro Acordo de Basileia) e do Risco de Mercado (contemplado desde 1998), passou a considerar também o Risco Operacional.

O **Risco de Crédito** está associado à existência de incerteza em relação à capacidade da contraparte fazer face às responsabilidades assumidas, no que respeita ao serviço da dívida. Este indicador toma especial importância visto que os ativos dos bancos são compostos, na sua maioria, por crédito concedido. Para avaliação do Risco de Crédito as instituições poderão basear-se no método de Abordagem *Standard*, que constitui uma extensão da metodologia definida em Basileia I com uma sensibilidade adicional ao risco, ou em duas abordagens baseadas em *ratings* internos: *IRB Foundation* e *IRB Advanced*.

O **Risco de Mercado** está associado à probabilidade de ocorrerem movimentos desfavoráveis no valor de mercado dos instrumentos detidos. Para avaliação do risco de mercado as instituições poderão recorrer à Abordagem *Standard*, que resulta da

aplicação de ponderadores de risco às exposições em aberto na carteira de negociação, ou optar pela adoção de modelos internos (que envolvem indicadores como volatilidade, correlação e liquidez).

O **Risco Operacional** está associado ao funcionamento das instituições e à possibilidade de existirem falhas de pessoas, sistemas ou práticas internas, que possam originar perdas. Em Basileia II existem três processos diferentes (com grau crescente de complexidade) para cálculo deste indicador: Abordagem do Indicador Básico, Abordagem *Standard* e Abordagem Avançada (*Advanced Measurement Approach*). Estes três métodos diferem, naturalmente, em nível de exatidão, requisitos qualitativos e complexidade.

Depois de devidamente mensuradas, as diferentes categorias de risco terão de ser cobertas pelos fundos próprios, pelo que teremos assim de adequar capital para risco de crédito, para risco de mercado e para risco operacional⁴.

2 – Composição dos Fundos Próprios Totais

A definição dos fundos próprios é muito importante na determinação dos requisitos de cobertura de risco a serem respeitados pelas instituições de crédito. As Autoridades de Supervisão consideram assim que as perdas potenciais⁵, ou seja, os riscos incorridos pelas instituições, devem ser cobertas por Fundos Próprios, de forma a proteger os depositantes (particulares, empresas e institucionais) e prevenir crises no sistema financeiro e no sistema de pagamentos. O atual quadro prudencial foi legislado em Portugal através dos Decretos-Leis n.º103/2007 e n.º104/2007, passando as

⁴ Ver ponto 3 deste Capítulo

⁵ Note-se que neste âmbito nos referimos a perdas inesperadas, pois as perdas esperadas deverão estar cobertas por provisões, reservas e os lucros do exercício corrente.

instituições de crédito nacionais adotar internamente as normas comunitárias que transpunham para o ordenamento Europeu as diretivas do Acordo de Basileia II.

Em Basileia II existem três formas de capital reconhecidas para a composição dos Fundos Próprios Totais:

- Tier I⁶ ou *Core Capital* – Corresponde a capital não adjacente a outros compromissos; inclui capital realizado, prémios de emissão, reservas, lucros, fundo para riscos bancários, diferenças negativas de consolidação e insuficiência de provisões para encargos com reformas. A composição destas rubricas designa-se também como Fundos Próprios de Base; estes deverão constituir pelo menos 50% dos Fundos Próprios Totais.
- Tier II⁷ – Também designado por Fundos Próprios Complementares, esta categoria de fundos tem origem em compromissos de longo prazo. Nela estão contemplados os passivos subordinados de médio e longo prazo, reservas de reavaliação, títulos de participação e ações preferenciais.
- Tier III⁸ – São considerados Fundos Próprios Suplementares e incluem lucros líquidos da carteira de negociação e empréstimos subordinados de curto prazo. Sendo considerados capital de pior qualidade, estes fundos destinam-se a cobrir o risco de mercado.

O Core Capital é o indicador mais relevante na análise de solvabilidade de uma instituição financeira, na medida em que “compreende o capital de melhor qualidade da instituição, em termos de permanência e capacidade de absorção de prejuízos (...) numa perspetiva de continuidade da atividade de uma instituição” (Banco de Portugal –

⁶ Ver Anexo 2 - Decomposição dos Fundos Próprios de Base Elegíveis

⁷ Ver Anexo 3 - Decomposição dos Fundos Próprios Complementares Elegíveis

⁸ Ver Anexo 4 - Decomposição dos Fundos Próprios Suplementares

Relatório de Estabilidade Financeira, Novembro de 201, p.33). O rácio Core Tier I é calculado através do quociente entre os Fundos Próprios de Base Elegíveis (Core) e as posições ponderadas pelo risco, e “estabelece um nível mínimo de capital que as instituições devem ter em função dos requisitos de fundos próprios decorrentes dos riscos associados à sua atividade” (Banco de Portugal – *Relatório de Estabilidade Financeira*, Novembro de 201, p.33), leia-se risco de crédito e risco operacional.

3 - Métodos de Avaliação de Risco e Cálculo dos Requisitos de cobertura

Apesar de mais complexo, o acordo de Basileia II é também mais flexível no que toca aos métodos que as instituições poderão utilizar no cálculo dos fundos próprios mínimos. As abordagens, ou métodos, utilizados no tratamento dos diferentes tipos de risco refletem uma sensibilidade gradual ao risco, permitindo que as instituições selecionem o método mais adequado às suas características, sendo que a adoção dos métodos mais avançados terá de ser previamente aprovada pelas autoridades de supervisão. Regra geral, as instituições começam por utilizar métodos de medição de risco mais básicos, sendo que, ao partir do momento em que passam a utilizar os mais avançados, não tornam aos anteriores. O Novo Acordo obriga assim as Instituições a adotarem métodos de medição do risco mais rigorosos, que possibilitam uma gestão mais eficiente do capital. Vejamos então as abordagens para medição das três classes de risco, previstas no Acordo de Basileia II.

3.1 - Tratamento do Risco de Crédito

O cálculo dos requisitos de capital para cobertura do risco de crédito passa pelo cálculo de um valor ponderado dos ativos. Na **Abordagem Standard** os ponderadores de risco variam segundo a notação de *rating* atribuída por avaliadores externos reconhecidos pelas autoridades de supervisão, como as agências de *rating*⁹. Os ponderadores de risco de crédito em Basileia II dependem do tipo de contraparte/classe de risco e da notação de *rating* atribuída à contraparte. Na Abordagem *Standard* são considerados os seguintes tipos de contrapartes/classes de risco: “Soberanos”, “Bancos e Administrações Públicas”, “Organizações Internacionais”, “Empresas não Financeiras” e “Carteira de Retalho”, “Carteira de Crédito à Habitação”, “Carteira de Crédito sobre imóveis comerciais”, “Crédito Vencido” e “Restantes Ativos”. Esta abordagem é a mais simples das consideradas para mensuração do risco de crédito e destina-se a ser utilizada pelos bancos que pretendam um investimento menor no desenvolvimento de modelos internos.

O **método de notações internas** baseia-se numa avaliação interna dos ativos e exposições do banco. A versão *IRB Foundation* assenta no desenvolvimento de modelos internos de medição do risco, em que o fator de risco (probabilidade de incumprimento) é calculado com base nos dados históricos das carteiras de cada instituição. Nesta metodologia os bancos podem desenvolver os seus próprios modelos de *rating*, aprovados previamente pela supervisão. Tendo em conta as características de cada carteira, para cada tipo de exposição ao crédito será utilizada uma metodologia de atribuição de notação de *rating*, e a cada nota de *rating* será atribuída uma probabilidade

⁹ O acordo de Basileia II apoia-se no esquema de *rating* da agência internacional *Standard & Poors*, existindo, no entanto, escalas de equivalência do que se refere a notações utilizadas por outras agências reconhecidas.

de incumprimento. Ao atribuir uma determinada notação de *rating*, desta forma o banco associa a cada beneficiário uma determinada perda potencial, perda esta que deverá estar coberta através de fundos próprios. Utilizando este método, a instituição necessita de calcular apenas as probabilidades de incumprimento de cada mutuário, sendo os outros *inputs* obtidos exogenamente (previstos no texto do Acordo de Basileia II).

Utilizando o método *IRB Advanced*, o banco terá de calcular os quatro parâmetros de risco tipificados no novo acordo: “Probabilidade de incumprimento” (PD)¹⁰, “Perda dado o incumprimento” (LGD)¹¹, “Exposição no momento do incumprimento” (EAD)¹² e “Maturidade” (M)¹³. Estes indicadores serão calculados por contraparte e por notação de *rating*.

Ilustração 2 - Diferenças entre IRB Foundation e IRB Advanced

Abordagens IRB e Parâmetros de Risco – Principais Diferenças		
Parâmetros de Risco	<i>IRB Foundation</i>	<i>IRB Advanced</i>
Probabilidade de Incumprimento (PD)	Determinada pela Instituição Financeira	Determinada pela Instituição Financeira
Perda dado o Incumprimento (LGD)	Disponibilizada pela entidade de supervisão	Determinada pela Instituição Financeira
Exposição em Incumprimento (EAD)	Disponibilizada pela entidade de supervisão	Determinada pela Instituição Financeira
Maturidade (M)	Disponibilizada pela entidade de supervisão	Determinada pela Instituição Financeira

Fonte: Executou o Sistema Bancário Português as normas orientadoras dos Acordos de Basileia I e Basileia II, Margarida Filipe, 2012, p.41

¹⁰ *Default Probability* (probabilidade de incumprimento): Probabilidade de incumprimento de um dado indivíduo, normalmente calculado para o período de um ano.

¹¹ *Loss Given Default* (perda em caso de incumprimento): Valor da perda se se verificar incumprimento, pode ir até

100% do valor do capital emprestado, dependendo da percentagem do valor de garantias prestadas.

¹² *Exposure Given Default* (exposição no momento do incumprimento): Valor da exposição da perda no momento do incumprimento. Tal perda é calculada de forma individual para cada crédito.

¹³ *Maturity* (maturidade): Diz respeito à vida do empréstimo, é calculada pela percentagem do capital que é pago em cada ano ponderado pelo ano respetivo.

3.1.1 - Cálculo dos Requisitos para cobertura do Risco de Crédito

O cálculo dos requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura de risco de crédito nos segmentos soberanos, bancos e grandes empresas¹⁴, efetua-se em três fases:

1. Determina-se o coeficiente de correlação entre os créditos ou exposições deste segmento:

$$R = 0,12 \times \left[\frac{1 - \text{Exp}(-50 \times PD)}{1 - \text{Exp}(-50)} \right] + 0,24 \times \left[1 - \frac{1 - \text{Exp}(-50 \times PD)}{1 - \text{Exp}(-50)} \right]$$

2. Calcula-se um fator de ajustamento de acordo com a maturidade da exposição:

$$b = (0,11852 - 0,05748 \times \ln(PD))^2$$

3. Determina-se o requisito de fundos próprios (K) e o ponderador de risco do activo (RWA)

$$K = \left[LGD \times N \left[(1 - R) - 0,5 \times G(PD) + \left(\frac{R}{1 - R} \right) 0,5 \times G(0,999) \right] - PD \times LGD \right] \\ \times (1 - 1,5 \times B) - 1 \times [1 + (M - 2,5) \times b]$$

$$RWA = K \times 12,5 \times EAD$$

Para a determinação do coeficiente K para as exposições de retalho (crédito à habitação, cartões de crédito e outras exposições de retalho), utilizam-se funções específicas em que os parâmetros de risco são estimados para carteiras de crédito homogéneas. Relativamente aos compromissos extra patrimoniais, o parâmetro EAD será ajustado por um fator de conversão (C)¹⁵.

¹⁴ No que diz respeito às exposições de PME's, a fórmula anterior passará a apresentar a seguinte forma:
 $R = 0,12 \times (1 - \text{Exp}(-50 \times PD)) / (1 - \text{Exp}(-50)) + 0,24 \times [1 - (1 - \text{Exp}(-50 \times PD)) / (1 - \text{Exp}(-50))]$ - - $0,04 \times (1 - (S - 5) / 45)$ Em que S = volume de vendas anuais da empresa ou grupo (em milhões de euros), $5 < S < 50$, para $S < 5$ (\Rightarrow) $S = 5$

¹⁵ No IRB *Foundation*:

C = 75% para linhas de crédito não utilizadas independentemente da maturidade

C = 0% para linhas de crédito não utilizadas e unilateralmente canceláveis;

C = 20% para créditos documentários (de curto prazo) com documentos de embarque como garantia

No IRB *Advanced* o coeficiente é estimado pelos próprios Bancos.

3.2 - Tratamento do Risco de Mercado

A **Abordagem Standard** para medição do risco de mercado é considerada uma abordagem de carácter normativo, em que os fatores de risco relevantes como o perfil do emitente, a taxa de juro e a maturidade, são configurados em tabelas das quais derivam os ponderadores de risco fixados pelo Comité de Supervisão Bancária.

A **Abordagem de Ratings Internos** permite que os Bancos utilizem na mensuração do risco de mercado modelos desenvolvidos internamente. Ou seja, os bancos estão autorizados a desenvolver os seus próprios modelos, desde que cumpram um conjunto de requisitos previamente definidos pelo Comité de Supervisão no Acordo de Basileia II. Estes modelos baseiam-se no conceito do *Value At Risk* (VaR), e têm como objetivo medir “o valor da perda potencial (não esperada) de uma posição ou carteira, decorrente de uma variação do preço, dada uma certa probabilidade num determinado horizonte temporal” (Luís Alves, *Análise Financeira de Bancos*, IFB, 2006). Associado à utilização deste tipo de modelos está a realização de *stress tests*, que permitem simular efeitos negativos sobre determinada carteira e assim avaliar os níveis de capital afetos à cobertura do risco de mercado.

3.2.1 - Cálculo dos Requisitos para cobertura do Risco de Mercado

Tal como referido anteriormente, o risco de mercado é avaliado através de tabelas fixadas pelo Comité de Supervisão Bancária ou de modelos baseados no conceito do *Value At Risk*; em qualquer dos casos importa definir o âmbito da carteira de negociação. Assim “as posições registadas na carteira deverão corresponder a instrumentos financeiros e *commodities* com intenção de negociação a curto prazo, para

tirar partido de valorizações que ocorram ou de cobertura de risco de outros elementos nesta carteira” (Fernando Félix Cardoso, *Desenvolvimento da Regulamentação Prudencial com maior impacto da avaliação de um Banco*, Slides, 2010). Definida a composição da carteira, as posições podem ser avaliadas através de três metodologias: *marking to market* (com base nos preços de fecho das bolsas), *marking to model* (obtida através de um modelo interno) e verificação periódica dos preços.

3.3 - Tratamento do Risco Operacional

Utilizando o **Método do indicador Básico**, o cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura do Risco Operacional é efetuado com base num indicador, que resulta da média das receitas brutas da instituição referentes aos últimos três anos (desde que positivas), e numa percentagem fixa (α) de 15%, definida pelo Comité de Supervisão Bancária.

Segundo o **Método Standard**, a Instituição terá de classificar as suas atividades em oito linhas de negócio. Em cada linha será identificado um indicador relevante, indicador esse que constituirá a base do cálculo do risco operacional. Associado a cada linha surge um requisito de capital, através da multiplicação do indicador relevante por um fator de risco (β) definido pelo Comité de Basileia. A instituição poderá também optar pelo Método Padrão alternativo (ASA), que constitui uma derivação do anteriormente descrito. A única diferença recai no tratamento de duas linhas de negócio: Banca de Retalho e Banca Comercial.

As Instituições estão ainda autorizadas pelas Autoridades de Supervisão a utilizar os seus próprios métodos de medição do Risco Operacional, desde que cumpram

alguns critérios de elegibilidade, sendo estes inseridos na categoria dos **Métodos de Medição Avançada**.

3.3.1 - Cálculo dos Requisitos para cobertura do Risco Operacional

O cálculo dos requisitos de Fundos Próprios segundo o método do indicador básico é:

$$K_{BIA} = GI \times \alpha$$

K_{BIA} – requisitos de fundos próprios (método do Indicador Básico)

GI (médio de 3 anos) = Margem Financeira + Rendimentos de Instrumentos de Capital + Comissões (recebidas-pagas) + Resultados de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados + outros rendimentos de exploração (exceto resultados da atividade de seguros)

$\alpha = 15\%$, fixada pelas autoridades de supervisão

O cálculo dos requisitos de Fundos Próprios segundo o método padrão:

$$K_{TSA} = \sum GI_i \times \beta_i$$

Em que:

K_{TSA} – Requisitos de Fundos Próprios (método padrão)

GI_i – Indicador (receitas brutas) da linha de negócio i

β_i – Coeficiente previamente definido

O cálculo dos requisitos de Fundos Próprios segundo o método de medição avançada:

$$K_{AMA} = \sum (EL + UL)$$

Em que:

EL – Perdas esperadas (expected losses)

UL – Perdas não esperadas (unexpected losses)

4 – Cálculo dos Requisitos de Fundos Próprios Totais

Em Basileia II, concorriam para o cômputo do numerador do rácio de adequação de capital os designados Fundos Próprios Totais Elegíveis, compostos por Fundos Próprios de Base Elegíveis, Fundos Próprios Complementares Elegíveis, Deduções aos Fundos Próprios e Fundos Próprios Suplementares. Os dois primeiros, que correspondem ao Tier I e Tier II, após deduções, destinar-se-iam à cobertura do Risco de Crédito e Risco Operacional; os Fundos Próprios Suplementares (Tier III), iria cobrir os riscos resultantes da carteira de negociação e riscos cambiais.

A Ilustração que se segue descreve o início do processo de cálculo dos Fundos Próprios Totais, introduzindo também o conceito de Fundos Próprios de Base Disponíveis (que corresponde ao montante de fundos próprios disponíveis após a cobertura dos riscos de crédito e operacional).

Ilustração 3 - Quadro dos Fundos Próprios de Base Disponíveis¹⁶

	RUBRICAS
1	Fundos próprios de base elegíveis
2	Fundos próprios complementares elegíveis
3	Deduções de interesses em IC e IF e outras deduções
4	FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ELEGÍVEIS APÓS DEDUÇÕES ⁽¹⁾
5	Fundos Próprios complementares elegíveis após deduções de interesses em IC e IF e outras deduções ⁽²⁾
6	TOTAL (4+5)
7	Requisitos de FP para cobrir os Riscos de Crédito e Risco Operacional
8	Repartição proporcional das requisitos de FP exigidos para cobrir os Riscos de crédito por FP de Base ⁽³⁾
9	Repartição proporcional das requisitos de FP exigidos para cobrir os Riscos de crédito por FP Complementares ⁽⁴⁾
10	FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE DISPONÍVEIS ⁽⁵⁾

Fonte: Fernando Félix Cardoso, *Desenvolvimento da Regulamentação Prudencial com maior impacto da avaliação de um Banco*, Slides 2010

¹⁶ (1) Se $3 \leq 2$, considera-se o valor de 1; caso contrário $4=1+2-3$;
 (2) Se 3. for < 2 ., considera-se $2-3$; caso contrário considera-se 0.
 (3) $4/6 \times 7$. (4) $5/6 \times 7$.; (5) $4-8$.

Após o cálculo dos Fundos Próprios de Base elegíveis são introduzidos no processo os requisitos de fundos próprios para cobertura de risco de crédito e operacional, repartidos proporcionalmente pelos fundos próprios de base e complementares, de forma a apurar os Fundos Próprios de Base Disponíveis e Fundos Próprios Complementares Disponíveis. O remanescente será depois considerado no cálculo de requisitos para cobertura dos riscos resultantes da carteira de negociação e riscos cambiais (risco de mercado), como descreve a Ilustração 4 abaixo apresentada.

Ilustração 4 - Quadro dos Fundos Próprios Disponíveis para Risco de Crédito

	RUBRICAS
10	FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE DISPONÍVEIS
11	Fundos Próprios Complementares Disponíveis
12	Lucros líquidos da carteira de negociação ainda não incluídos nos resultados intercalares do exercício em curso
13	Empréstimos subordinados de curto prazo (até 150% dos FPB disponíveis)
14	Elementos assimiláveis a empréstimos subordinados de curto prazo (até 200% dos FPB disponíveis)
15	FUNDOS PRÓPRIOS DISPONÍVEIS PARA RISCOS DA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO E CAMBIAIS (ou seja, Riscos de Mercado do Pilar I)

Fonte: Fernando Félix Cardoso, *Desenvolvimento da Regulamentação Prudencial com maior impacto da avaliação de um Banco*, Slides 2010

Capítulo 3 – Avaliação dos rácios resultantes da aplicação do Rácio Core Tier I

“(...) o Banco de Portugal acompanha sistemática e continuamente as actividades das instituições, recorrendo a um conjunto de regras prudenciais e de procedimentos de supervisão (...) salienta-se a fixação de montantes mínimos para o capital social, os requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura dos riscos de crédito, de mercado e operacional, os limites à concentração de riscos e as regras de provisionamento.”

Fonte: Nota do Banco de Portugal – Supervisão Prudencial

1 – Âmbito do Estudo

No âmbito da presente dissertação, decidiu-se analisar o comportamento dos rácios de adequação de capital definidos pelos acordos de Basileia, interligando essa evolução com as diretivas que estão neste momento a ser aplicadas pelo Banco de Portugal às Instituições Bancárias, em convergência com o disposto no documento intitulado Acordo de Basileia III, publicado em Dezembro de 2009.

1.1- Amostra

A amostra escolhida contempla cinco dos seis maiores Grupos Bancários que reportam ao Banco de Portugal¹⁷: Caixa Geral de Depósitos, Banco Espírito Santo, Banco Comercial Português, Banco BPI e a Caixa Económica Montepio Geral. Na amostra não foi considerado o Banco Santander Totta, de origem espanhola, e foi adicionado o Finibanco, adquirido pela Caixa Económica Montepio Geral (CEMG) em 2011.

1.2- Metodologia

Os dados utilizados provêm da Base de Dados da Associação Portuguesa de Bancos, das Demonstrações Financeiras e dos Relatórios e Contas das Instituições Bancárias que compõem a amostra. A Base de Dados da Associação Portuguesa de Bancos disponibiliza, entre outros conteúdos, os balanços consolidados das instituições financeiras que operam em Portugal, através dos quais foram construídos algumas

¹⁷ “O total do ativo dos seis grupos bancários analisados na presente Caixa (Caixa Geral de Depósitos, Espírito Santo Financial Group, Banco Comercial Português, Banco BPI, Santander Totta e a Caixa Económica Montepio Geral) representava cerca de 77 por cento do ativo do sistema bancário português em junho de 2012.” – Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal, Novembro de 2012

tabelas de análise agregada. Dos Relatórios e Contas das Instituições Financeiras que compõem a amostra extraíram-se indicadores de relevo na composição da solvabilidade (como os valores dos rácios Tier I e Core Tier I) e ainda rúbricas do Balanço Consolidado.

O período considerado será o compreendido entre os exercícios de 2005 e 2009 (cinco anos), para que a presente análise possa refletir não só o período de aplicação e vigência do Acordo de Basileia II, como o despontar da crise financeira internacional.

O presente estudo terá como objetivos: avaliar o comportamento dos rácios de adequação capital num determinado período; analisar a aplicação das novas diretivas do Banco de Portugal ao período em análise; avaliar a suficiência dos fundos Próprios dos Bancos que compõem a amostra; demonstrar que a insuficiência de Fundos Próprios teria sido notória se o Acordo de Basileia II tivesse previsto uma alteração à composição dos Fundos Próprios Base.

2 - Problematização

Os acordos de Basileia, designados acordos de Capital, estabelecem as regras relativas à determinação dos requisitos mínimos de fundos próprios das Instituições Financeiras. Estes fundos destinam-se à cobertura dos riscos inerentes à atividade bancária e desde a publicação do Acordo de Basileia II (2004) encontram-se categorizados em risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. O Acordo de Basileia II, no que à Adequação de Capital diz respeito, constitui um *upgrade* nos seguintes aspetos: maior sensibilidade na medição de risco; definição de diversos métodos para o cálculo dos requisitos mínimos de capital; estrutura definida em três

pilares, dando ênfase a critérios como a supervisão e a disciplina e transparência de mercado, aspetos que não eram tidos em conta no Acordo de 1988.

Ilustração 5 - Principais diferenças entre Basileia I e Basileia II

Acordo de Basileia I	Acordo de Basileia II
Modelo único para o cálculo dos requisitos de capital, aplicável a todas as instituições financeiras.	Modelo flexível, permitindo abordagens alternativas de medição dos vários tipos de risco.
Baseado numa medida única de risco para cobertura do risco de crédito.	Baseado em metodologias internas validadas pela autoridade de supervisão com disponibilização de informação para o mercado.
Pouco sensível ao risco.	Mais sensível ao risco.
Abrangendo somente o risco de crédito e de mercado.	Com âmbito mais alargado também à cobertura do risco operacional.

Fonte: Elaboração própria, com base na informação disponível em *O Acordo de Basileia II – Noções Fundamentais*, Fernando Félix Cardoso, 2007

Podemos então afirmar que, as grandes mudanças ocorrem no que se refere à mensuração do risco, não havendo qualquer alteração no numerador do rácio de adequação de capital. Ou seja, no âmbito do primeiro pilar, o tratamento dos Fundos Próprios em Basileia II, nomeadamente no que diz respeito às rubricas elegíveis, permanece igual.

O Rácio de Adequação de Capital é dado pela fórmula que se segue:

$$\frac{\text{Fundos Próprios Totais}}{\text{Risco de Crédito} + \text{Risco de Mercado} + \text{Risco Operacional}} \geq 8\%$$

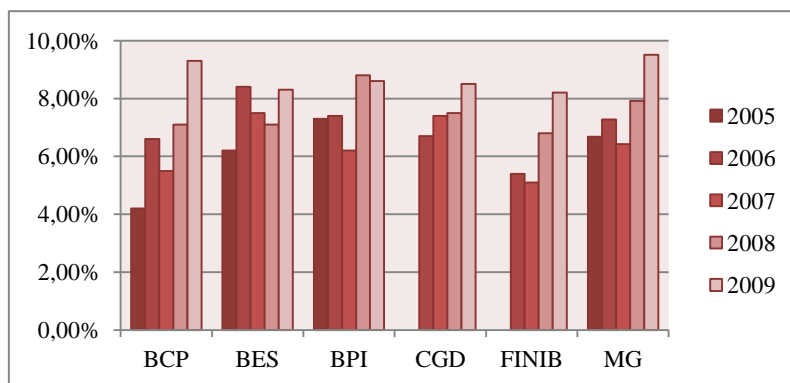
Sendo que:

$$\text{Fundos Próprios Totais} = \text{Tier I} + \text{Tier II} - \text{Deduções aos F.P.} + \text{Tier III}$$

O Acordo de Basileia II determinou que o total dos Fundos Próprios deveria cobrir em pelo menos 8% os ativos ponderados pelo risco de crédito, de mercado e

operacional, sendo que os Fundos Próprios de Base Elegíveis, ou seja, o Tier I, deveriam representar 50% dessa cobertura ($\text{Rácio Tier I} \geq 4\%$).

Gráfico 1 -Evolução do Rácio Tier I (2005-2009)

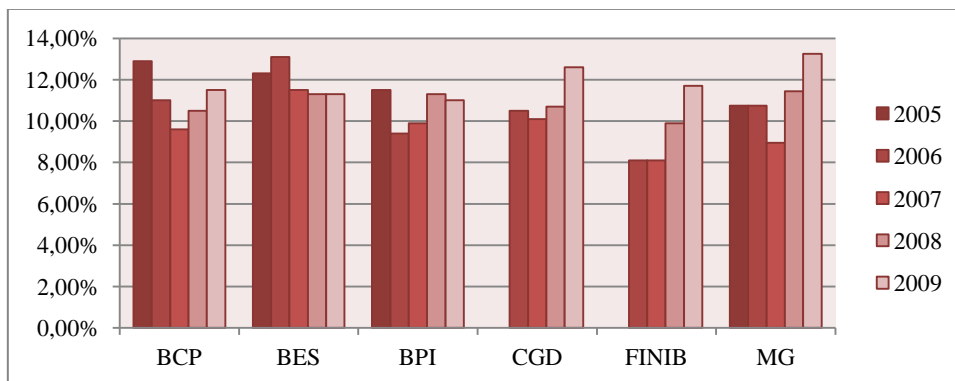


Fonte: Elaboração própria, com base nos Relatórios e Contas

O Gráfico 1 foi elaborado a partir de valores extraídos dos Relatório e Contas e descreve o comportamento do Rácio Tier I no período de 2005 a 2009. O Acordo de Basileia II entrou em vigor em 2007, no entanto é notório que ao longo do período em análise todas as instituições bancárias representadas na amostra apresentaram rácios Tier I superiores a 4%. Este indicador apresenta um comportamento crescente, registando um valor médio de 6.10% em 2005 e 8.74% em 2009. O Banco BPI apresenta os rácios mais elevados, com um Tier I médio de 7.66%, contrastando com o Finibanco com um Tier I médio de 6.38%¹⁸.

¹⁸ Consultar Anexo 5 – Rácio Core Tier I

Gráfico 2 - Evolução do Rácio de Solvabilidade (2005-2009)



Fonte: Elaboração própria, com base nos Relatórios e Contas

O Gráfico 2 foi igualmente elaborado a partir dos Relatórios e Contas e descreve a evolução dos níveis de solvabilidade das instituições em análise. Tal como na situação anterior, verificamos que todas as instituições cumprem com os níveis de capital exigidos pelo Supervisor, registando todos eles, ao longo do período em análise, rácios bastante superiores ao mínimo exigido de 8%. Ao contrário do Tier I, o rácio de solvabilidade apresenta um comportamento decrescente até 2007 onde regista um valor médio de 9.69%, progredindo até 11.89% em 2009¹⁹. O ano de 2007 terá sido crucial para as Instituições Financeiras de todo o Mundo, coincidindo a entrada em Vigor do Acordo de Basileia II (havendo aplicação de novos critérios de mensuração e categorias de risco) com o início da crise financeira internacional.

3 – Estudo analítico da amostra

“(...) a crise internacional veio revelar a existência de vulnerabilidades na regulação do sistema financeiro a nível global, o que conduziu o Comité de Basileia de Supervisão

¹⁹ Consultar Anexo 6 – Rácio de Solvabilidade

Bancária a apresentar diversas propostas, nomeadamente para reforçar a qualidade dos fundos próprios dos bancos, que constituirão, a partir de 2013, um desafio adicional para os bancos a nível internacional, incluindo os portugueses.”

Fonte: Comunicado Relativo a aviso do Banco de Portugal sobre o reforço do rácio “Core Tier 1” das Instituições de Crédito – Abril de 2011

Atendendo ao papel importante da atividade bancária na economia portuguesa e em convergência com o que virá a ser o Acordo de Basileia III, o Banco de Portugal publicou em 5 de Abril de 2011 um aviso onde estabeleceu novas regras na adequação de capital: as instituições deveriam a partir dessa data reforçar o Rácio Core Tier I para um mínimo de 8%²⁰; o conjunto de fundos próprios designados *core* passariam a ter um enquadramento diferente, incluindo apenas os elementos de capital de melhor qualidade. O conceito de Fundos Próprios Base é em Basileia II substituído, sendo que apenas o Core Tier I toma relevo.

O objetivo inicial desta secção do trabalho, e questão central de investigação, seria aplicar as novas orientações do Banco de Portugal às contas das Instituições em análise, tendo por base os dados referentes aos exercícios entre 2005 e 2009 e, desta forma, aferir quais as alterações verificadas ao nível das necessidades de Fundos Próprios. No entanto, durante o processo de investigação apenas foi possível recolher dados para tratamento do caso do Espírito Santo Financial Group. Esta foi a única instituição das consideradas na amostra que explicita nos seus Relatórios e Contas as rubricas que permitem construir o novo Rácio Core Tier I, pelo que após a análise deste estudo de caso, as conclusões extrapoladas para o restante universo serão fundamentadas através de base teórica.

²⁰ Ver Anexo 7 – Composição do Rácio Core Tier I

3.1 – Grupo Espírito Santo

Concorrem para o cômputo do numerador do Rácio Core Tier I, como elementos positivos e negativos, as rubricas do balanço consolidado descritas no Anexo 7. Das contas do Grupo Espírito Santo foi possível extrair a informação que se segue²¹:

Tabela 1 - Elementos que concorrem para o numerador do Rácio Core Tier I (milhares de euros)

	2005	2006	2007	2008	2009
Rubricas do Ativo					
26. Ativos intangíveis	71.940	68.652	91.171	124.216	137.885
Rubricas do Passivo					
50. Responsabilidades com pensões (despesas com custo diferido)	1.826.346	1.891.647	1.970.365	1.958.118	2.016.799
Rubricas do Capital					
55. Capital realizado	1.500.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000	3.500.000
Prémios de Emissão	300.000	668.851	668.851	668.851	1.085.399
56. Ações Próprias	-96.247	-63.732	-41.437	-29.838	-25.083
58. Reservas de reavaliação	365.691	512.042	646.701	-266.334	300.833
60. Outras reservas e resultados transitados	-26.065	97.997	291.392	624.472	672.063
62. Interesses minoritários	105.752	86.579	141.131	153.509	283.557
64. Resultado Líquido do Exercício	280.481	420.714	607.069	402.284	522.114

Fonte: Elaboração própria, com base nos Relatórios e Contas

Aplicando as novas indicações do Banco de Portugal aos dados do grupo Espírito Santo, surgem como simulação do Core Tier I os seguintes resultados:

²¹ As rubricas que concorrem para o cômputo do numerador do Core Tier I não consideradas neste cálculo, não foram apresentadas/especificadas nos relatórios que constituem a fonte de informação para este cálculo.

Tabela 2 - Rácio Core Tier I do Grupo Espírito Santo (Hipótese testada e Efetivo)

		2005	2006	2007	2008	2009
Hipótese	Numerador do Rácio Core Tier I (milhares €)	146.625	1.704.416	1.906.082	1.989.602	3.366.418
	Numerador do Rácio Core Tier I (milhões €)	147	1.704	1.906	1.990	3.366
	Ativos Ponderados pelo Risco (milhões €)	38.122	44.573	52.856	55.705	65.097
	Rácio Core Tier I_h	0,4%	3,8%	3,6%	3,6%	5,2%
Efetivo	Fundos Próprios Base (milhões €)	1.792	3.120	3.486	3.412	5.232
	Ativos Ponderados pelo Risco (milhões €)	38.122	44.573	52.856	55.705	65.097
	Rácio Core Tier I	4,7%	7,0%	6,6%	6,1%	8,0%

Fonte: Elaboração própria, com base nos Relatórios e Contas

A Tabela 2 descreve os valores do Rácio Tier I, obtidos através da aplicação das novas normas do Banco de Portugal às contas consolidadas do Grupo Espírito Santo, e os valores efetivamente verificados. As duas primeiras linhas, que se referem ao numerador do Rácio Core Tier I, resultam da consideração dos elementos positivos e negativos que concorrem para o Core Capital, apresentadas em milhares e milhões de euros para efeitos de cálculo e análise. Os Ativos Ponderados pelo Risco resultam da aplicação dos modelos de mensuração de risco para definição dos requisitos de capital e são-nos dados nos Relatórios e Contas do Grupo Espírito Santo.

O Rácio Core Tier I_h decorre do quociente entre o core capital obtido através da Tabela 2 e os Ativos Ponderados pelo Risco efetivamente verificados. Os valores obtidos permitem-nos verificar que se as novas indicações tivessem sido previstas no Acordo de Basileia II, o Grupo Espírito Santo estaria em incumprimento quanto aos níveis de Fundos Próprios Mínimo exigidos, tendo assim de reforçar fortemente os seus capitais próprios. Verificando-se a hipótese em estudo, os níveis de Capital de melhor qualidade estariam, em quase todo o período, não só muito abaixo dos 8% exigidos pelo Banco de Portugal (no aviso de Abril de 2011) como também não cumpririam os 4%

definidos pelo Acordo de Basileia II para os níveis mínimos dos Fundos Próprios Base.

As Necessidades de Capital seriam dadas pela Tabela 3:

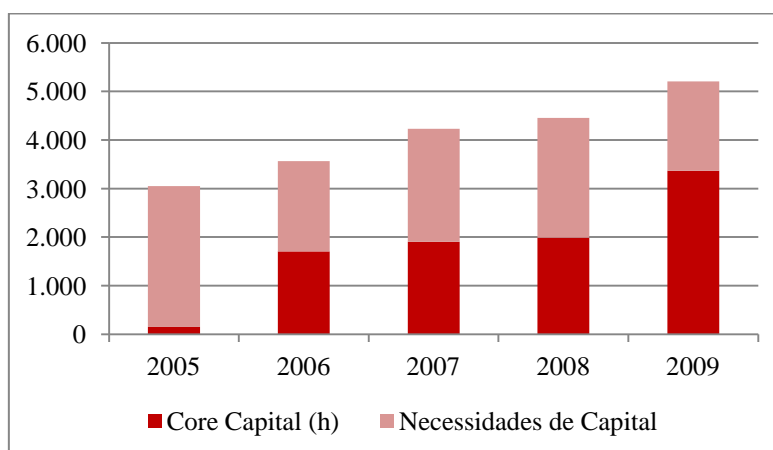
Tabela 3 - Cálculo das Necessidades de Capital do Grupo Espírito Santo (milhões €)

	2005	2006	2007	2008	2009
Core Tier I mínimo	8%	8%	8%	8%	8%
Ativos totais ponderados pelo risco	38.122	44.573	52.856	55.705	65.097
Requisitos Mínimos Capital	3.050	3.566	4.228	4.456	5.208
Necessidades de Capital	2.903	1.861	2.322	2.467	1.841

Fonte: Elaboração própria, com base nos Relatórios e Contas

Para o mesmo nível de risco, o Grupo Espírito Santo iria requerer níveis mínimos de capital muito mais elevados, sendo as necessidades de capital, em média, no valor de 2.279 milhões de euros ao ano. Estas necessidades de capital teriam de ser supridas através de instrumentos elegíveis para o novo Core Tier 1, como os aumentos de capital. O Gráfico 3 ilustra a diferença entre *core capital* que o Banco Espírito Santo teria se se verificasse a hipótese em estudo, e os requisitos mínimos de capital para cumprir um Rácio Core Tier I de 8%.

Gráfico 3 - Necessidades de Capital (milhões €)



Fonte: Elaboração própria, com base nos Relatórios e Contas

3.2 – Generalização da análise para o total da amostra

Os critérios de Basileia II permitiam a consideração de vários tipos de Fundos Próprios para o rácio de capital e exigia que o conjunto desses fundos representasse pelo menos 8% dos Ativos Ponderados Pelo Risco. Tal como referido anteriormente, através da publicação de Aviso em Abril de 2011, o Banco de Portugal pretende que os grupos financeiros sujeitos à supervisão do Banco de Portugal, em base consolidada, apresentem um rácio Core Tier I não inferior a 8%²². Dentro destes 8% estarão agora sobretudo as rubricas de capital como Capital Realizado, Reservas e Resultados Retidos, excluindo-se elementos considerados em Basileia II como Fundos para Riscos Bancários Gerais, Títulos emitidos com prazo de vencimento indeterminado ou Empréstimos subordinados. Na prática, era permitido às entidades bancárias que pedissem empréstimos para cobrirem risco. Afastados alguns elementos que contariam para efeitos de cálculo dos Fundos Próprios, os Bancos seriam obrigados a reforçar os seus capitais de melhor qualidade, em termos de permanência e capacidade de absorção de prejuízos, para que, para um mesmo nível de risco, conseguissem cumprir a meta de 8% para o Rácio Core Tier I.

3.2.1 – Rácio de Autonomia Financeira

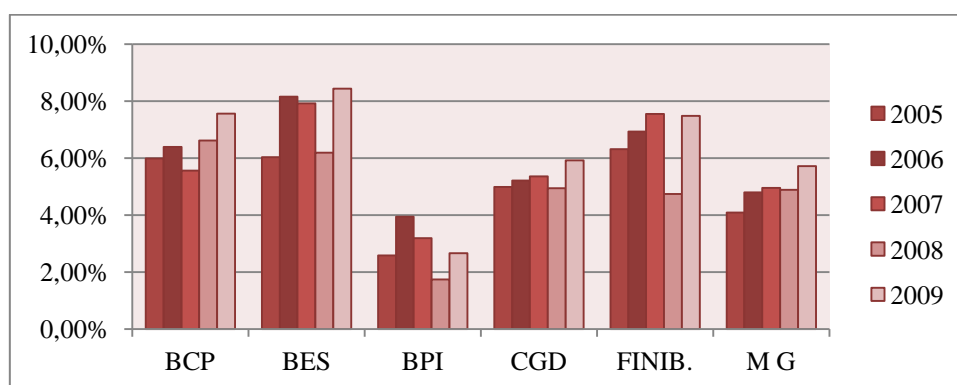
Na contabilidade, na sua forma mais simples, uma das formas mais expeditas de avaliar a o nível de alavancagem de uma empresa é através da aplicação do Rácio de Autonomia Financeira²³. Este rácio resulta do quociente entre o Capital Próprio e o

²² Em Dezembro de 2011 a Autoridade Bancária Europeia (EBA) emitiu uma recomendação dirigida aos grupos bancários sujeitos ao exercício de *stress test* desta autoridade, no sentido de atingirem até Junho de 2012 um rácio Core Tier I de 9%. O conceito de Core Tier I da EBA é, no entanto, ligeiramente diferente, implicando algumas deduções aos fundos próprios.

²³ Autonomia Financeira = Capital Próprio/Ativo

Ativo, avaliando desta forma que parte do ativo estará coberto por capitais próprios. No âmbito da presente dissertação, torna-se pertinente aplicar este rácio aos balanços das instituições financeiras que compõem a amostra. O Gráfico 4 é o resultado do quociente entre valores do Capital Próprio e Ativo dos bancos em análise, para o período entre 2005 e 2009.

Gráfico 4 - Rácio de Autonomia Financeira



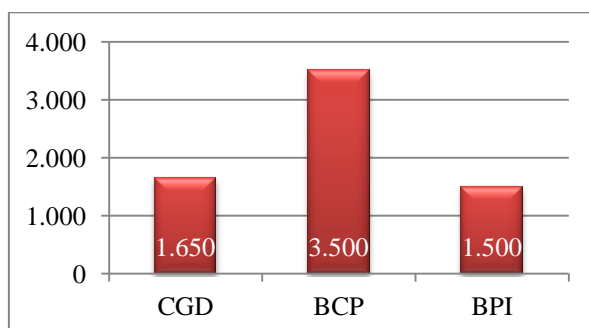
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da APB.

Através da observação do Gráfico 4 torna-se evidente que o peso do Capital Próprio no Ativo dos bancos em análise é bastante reduzido, situando-se os resultados entre os 1.74% do BPI em 2008 e 8.43% do BES em 2009. Em termos médio, estes são também os Bancos com pior e melhor Rácio de Autonomia financeira, respetivamente. O gráfico apresentado revela que os bancos portugueses trabalham com elevados níveis de alavancagem, sendo este mais um sinal claro de que deveriam ter aumentado os seus capitais próprios.

3.2.2 – Programa de Recapitalização das Instituições de Crédito Portuguesas

No dia 4 de Junho de 2012, no decorrer do Programa de Assistência Financeira a Portugal (PAEF), o Ministério das Finanças emitiu um anúncio sobre o Programa de Recapitalização para as Instituições de Crédito Portuguesas. Nele o Governo declarava “o compromisso de realizar uma injeção significativa de capital” em três dos maiores grupos bancários portugueses: CGD, BCP e BPI. Esta operação iria permitir a estes bancos avançar no processo de reforço do seu Capital Core Tier I, no sentido de cumprir as metas estabelecidas pela Autoridade Bancária Europeia (EBA)²⁴. O plano aprovado pelo Ministério das Finanças teve por base o parecer do Banco de Portugal e determinou a injeção de 1.650 milhões de euros na CGD, disponibilizando 3.500 milhões de euros ao BCP e 1.500 milhões de euros ao BPI, tal como descrito no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Injeções de Capital (milhões de €)



Fonte: *Elaboração própria, com base nos dados do Programa de Recapitalização das Instituições de Crédito Portuguesas.*

O Programa de Assistência Financeira a Portugal, motivado pela crise da dívida pública, veio revelar as já existentes Necessidades de Fundos Próprios da Banca Nacional e, no total, o Estado decidiu injetar 6.650 milhões de euros no sistema bancário português, sendo que 5 mil milhões de euros provinham da *Bank Solvency*

²⁴ Recorde-se que, segundo esta, os grupos bancários portugueses deveriam atingir um Rácio Core Tier I de 9% até 30 de Junho de 2012.

Support Facility (BSSF), organismo criado no âmbito do Programa de Assistência Financeira a Portugal (PAEF). As injeções de capital foram efetuadas através instrumentos de capital elegíveis para o Core Tier I, como obrigações diretas e aumentos de capital. O PAEF engloba ainda várias medidas para assegurar a estabilidade do sistema financeiro, no âmbito da desalavancagem gradual e reforço da solvabilidade.

Embora não tenha recorrido ao PAEF, o Grupo Espírito Santo foi também obrigado reforçar os seus capitais. Esta operação foi concretizada através de aumento de capital no valor 1.510 milhões de euros, recorrendo a fundos privados²⁵.

Conclusão

A estrutura do Acordo de Basileia II promovia a transparência e fiabilidade na prossecução de um sistema financeiro mais estável, o que não veio a verificar-se, pois todos os Pilares apresentaram falhas na sua execução. De facto, este acordo provou ser eficaz quanto ao tratamento do risco, através da proposta de diferentes métodos de avaliação para diferentes categorias de risco. Estas medidas vieram responder à tendência mundial de diversificação das atividades bancárias, e representaram um forte incentivo à melhoria das práticas de gestão do risco das instituições financeiras. No entanto, o Primeiro Pilar pecou por falta de exigência na definição dos Fundos Próprios Elegíveis, muito em parte porque este acordo foi elaborado por um Comité de Bancos, os mesmos a quem as regras seriam aplicadas, não havendo independência ou imparcialidade no desenvolvimento deste acordo. Os rácios indicadores de solvabilidade foram inflacionados durante todo o período de vigência de Basileia II, dados que neles

²⁵ Ver no Anexo 8 excerto do *Relatório da Autoridade Bancária Europeia (EBA) sobre os resultados finais do Exercício Europeu de Reforço de Capitais*, Banco de Portugal, Outubro de 2012

era permitida a inclusão de capitais não representativos do nível de estabilidade financeira dos bancos (como empréstimos subordinados). Basileia II seria uma ideia sólida em períodos ditos de estabilidade, mas pouco resiliente em situações de crise.

Em Portugal, o Processo de Supervisão acabou também por apresentar falhas na sua execução. No âmbito do Pilar II do Acordo de Basileia II, as autoridades de supervisão podiam obrigar as instituições a deterem fundos próprios superiores aos mínimos exigidos, impondo novos mínimos para os rácios de adequação de capital; o que o Banco de Portugal acabou por fazer haviam já passado quatro anos desde a implementação do acordo.

No que diz respeito à Disciplina de Mercado, verifica-se uma evolução positiva. No entanto, a informação relativa aos riscos incorridos pelas instituições financeiras e os procedimentos usados pelas mesmas não são ainda divulgados na sua totalidade, nem por todas as instituições financeiras. Prova disso foi a presente dissertação, onde a análise empírica foi possível em apenas para o caso do Banco Espírito Santo.

Contributos

- A presente dissertação contribuiu para a compreensão das decisões que têm vindo a ser tomadas pelo Banco de Portugal;
- Permitiu perceber que o Acordo de Basileia II necessita de uma profunda revisão, através de um processo imparcial e independente;

Limitações do Estudo

O estudo da questão central da presente dissertação foi possível apenas no caso do Banco Espírito Santo, sendo que nenhum dos outros bancos divulgou de 2005 a 2009 dados suficientes para tratamento desta questão.

Propostas para estudos futuros

O presente estudo incidiu sobre o período de vigência do Acordo de Basileia II, sendo interessante averiguar num próximo estudo quais as alterações que o trará o Acordo de Basileia III, e se através dos dados publicados pelos bancos nos seus relatórios e contas é possível analisar a composição dos seus Fundos Próprios.

Bibliografia

- Banco de Portugal (2010), *Aviso n.º6/2010* [Em linha] Disponível em: <http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/avisos/textos/6-2010a.pdf> [Acesso em: 2012/11/20]
- Banco de Portugal (2005), *Aviso n.º2/2005* [Em linha] Disponível em: <http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/avisos/textos/2-2005a.pdf> [Acesso em: 2012/11/20]
- Banco de Portugal (Abril de 2011), *Comunicado relativo a aviso do Banco de Portugal sobre reforço do rácio Core Tier I das instituições de crédito* [Em linha] Disponível em: <http://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoeoEurosistema/ComunicadoseNotasdeInformacao/Paginas/comb20110407.aspx> [Acesso em: 2012/11/20]
- Banco de Portugal (Abril de 2011), *Aviso do Banco de Portugal*, [Em linha] Disponível em: <http://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoeoEurosistema/ComunicadoseNotasdeInformacao/Documents/comb20110407.pdf> [Acesso em: 2012/11/20]
- Banco de Portugal (Abril de 2011), *Anexo ao Aviso* [Em linha] Disponível em: <http://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoeoEurosistema/ComunicadoseNotasdeInformacao/Documents/comb20110407-1.pdf> [Acesso em: 2012/11/20]
- Banco de Portugal (2012). *Regras Prudenciais* [Em linha] Disponível em: <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisao/SupervisaoPrudencial/Paginas/Regrasprudenciais.aspx> [Acesso em: 2012/10/20].

- Banco de Portugal, *Basileia II* [Em linha] Disponível em: <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisao/SupervisaoPrudencial/Paginas/BasileiaII.aspx> [Acesso em: 2012/10/20].
- Banco de Portugal (Novembro de 2012), *Relatório de Estabilidade Financeira – Parte 1: Capítulo 3* [Em linha] Disponível em: http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/RelatorioEstabilidadeFinanceira/Publicacoes/cap3_12_p.pdf [Acesso em: 2013/2/15].
- Banco de Portugal (Outubro de 2012), *Relatório da Autoridade Bancária Europeia (EBA) sobre os resultados finais do Exercício Europeu de Reforço de Capitais* [Em linha] Disponível em: <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisao/CooperacaoInstitucional/AutoridadeBancariaEuropeia/ExEuropeuReforcoCapitais/Documents/comb20121003.pdf> [Acesso: 2013/2/15].
- Cardoso, Fernando Félix (2007). *O Acordo de Basileia II – Noções Fundamentais*, Slides
- Cardoso, Fernando Félix (2010). *Desenvolvimento da Regulamentação Prudencial com maior impacto na avaliação de um banco (Basileia II)*, Slides
- Cruz, Inês e Alves, Luís, (2006). *Análise Financeira de Bancos*, Instituto Superior de Gestão Bancária
- Filipe, Margarida, (2012). *Executou o Sistema Bancário Português as normas orientadoras dos Acordos de Basileia I e Basileia II?*, Instituto Superior de Economia e Gestão

- Freitas, Edmund Christian (2005). *Impacto do Novo Acordo de Basileia sobre o financiamento das empresas em Portugal*, Instituto Superior de Economia e Gestão
- IAPMEI. *O novo Acordo de Basileia*, Outubro de 2006, http://www.iapmei.pt/iapmedia/mai07/O_novo_acordo_de_Basileia.pdf
- Ministério das Finanças (4 de Junho de 2012), *Anúncio do ministério das Finanças sobre o Programa de Recapitalização para as Instituições de Crédito Portuguesas* [Em linha] Disponível em: http://www.portugal.gov.pt/media/615813/20120604_mef_recapitalizacao_banca.pdf [Acesso em: 2013/3/15].
- Relatórios e Contas dos bancos BPI, Millennium BCP, BES, CGD, MG e Finantia, diversos anos. [Acesso em: 2013/2/15].
- Rodrigues, Raimundo Nonato (1998). *O Acordo de Basileia: Um estudo da Adequação do Capital nas Instituições financeiras*, Universidade de S. Paulo – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
- Romão, Fernanda Maria Esteves, (2009). *Credit Scoring e a Previsão de Falências no contexto de Basileia II*, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Anexos

Anexo 1 - Estrutura do Acordo de Basileia II

Estrutura do Acordo		
Três Pilares		
Pilar 1	Pilar 2	Pilar 3
Requisitos mínimos de fundos próprios: <ul style="list-style-type: none"> Riscos de crédito, Risco de mercado, Risco operacional. 	Processo de supervisão (incluindo risco de taxa de juro da carteira bancária)	Disciplina de Mercado
Estabelecem		
<ul style="list-style-type: none"> Novos requisitos mínimos quantitativos e qualitativos de fundos próprios (capital regulamentar) para a cobertura dos riscos de crédito e operacional. A manutenção de métodos de mensuração do risco de mercado acordados na revisão do Acordo Inicial, publicado pelo CSBB em Janeiro de 1996, que vieram introduzir alterações nomeadamente ao nível do risco de crédito. 	<ul style="list-style-type: none"> De forma padronizada a responsabilidade e os poderes dos bancos centrais no modo de supervisão quanto à adaptação dos fundos próprios de instituições de crédito (e sociedades de investimento na UE). Cada instituição financeira deverá desenvolver métodos internos para estimar a adequação do seu capital, baseados numa correcta avaliação dos seus riscos. Compete à entidade de supervisão a aprovação desses métodos. 	<ul style="list-style-type: none"> A fixação dos requisitos a serem divulgados ao mercado relativos à informação de todos os elementos quantitativos e qualitativos subentendidos no cálculo dos requisitos de capital, assim como a informação sobre o risco que as instituições enfrentam e as práticas utilizadas pelas mesmas.
Objectivos		
Aumento da sensibilidade dos requisitos de fundos próprios aos riscos de crédito, através de novos métodos de mensuração, e cobertura do risco operacional.	Reforço do método de supervisão quanto à suficiência do montante de fundos próprios que os bancos devem deter.	Implementar uma disciplina de mercado que visa contribuir para práticas bancárias mais saudáveis e seguras.

Fonte: *Executou o Sistema Bancário Português as normas orientadoras dos Acordos de Basileia I e Basileia II*, Margarida Filipe, 2012, p.40

Anexo 2 - Decomposição dos Fundos Próprios de Base Elegíveis

Capital Realizado e prémios de emissão de acções e de títulos de participação
+ Reservas e resultados transitados (excepto reservas de reavaliação e por activos por impostos diferidos)
+ Resultados positivos do último exercício
+ Resultados positivos do exercício em curso (lucros intercalares)
+ Fundos para Riscos Bancários Gerais
+ Parcela das reservas e dos resultados correspondentes a activos por impostos diferidos (até 10% dos FPB antes das reservas e dos resultados de activos por impostos diferidos)
- Acções próprias
- Activos intangíveis
- Resultado negativo do último exercício
- Resultado negativo do exercício em curso (prejuízos intercalares)
- Valor correspondente às insuficiências na constituição de provisões e não aceites pelo BP
- Valor relativos às contribuições para fundo de pensões que ainda não tenham sido relevadas como custos
- Perdas não realizadas em activos disponíveis para venda (ADV)
- Perdas não realizadas em coberturas de fluxos de caixa quando o instrumento coberto é um ADV
- Outros elementos negativos (ver detalhe no Aviso nº 12/92 do BP)
= **FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ELEGÍVEIS**

Fonte: Fernando Félix Cardoso, *Desenvolvimento da Regulamentação Prudencial com maior impacto da avaliação de um Banco*, Slides 2010

Anexo 3 - Decomposição dos Fundos Próprios Complementares Elegíveis

Reservas de Reavaliação Positivas
 + Títulos emitidos com prazo de vencimento indeterminado e empréstimos não titulados
 + Elementos patrimoniais livremente utilizáveis para cobrir riscos normais da actividade, comprovados por ROC
 + Títulos de participação não reembolsados (até 50% dos FPB)
 + Empréstimos subordinados com prazo inicial de reembolso superior a 5 anos (até 50% dos FPB)
 + Parte liberada de acções preferenciais remíveis (até 50% dos FPB)
 + Provisões para Riscos Gerais de crédito até 1,25% dos activos ponderados de acordo com o método padrão do risco de crédito.
 + Provisões que excedam os montantes das perdas esperadas relativas às mesmas posições em risco até ao limite de 0,6% das posições ponderadas pelo risco calculado pelo método IRB do risco de crédito
 - Títulos de participação próprios
 + 45% dos ganhos não realizados em ADV
 + 45% dos ganhos não realizados em cobertura dos fluxos de caixa de ADV (efeito líquido da cobertura)
 Ganhos e perdas não realizados de cobertura de fluxos de caixa de instrumentos cobertos mensurados ao custo amortizado e de transacções futuras
 = **FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES ELEGÍVEIS (até 100% dos FPB)**

Fonte: Fernando Félix Cardoso, *Desenvolvimento da Regulamentação Prudencial com maior impacto da avaliação de um Banco*, Slides 2010

Anexo 4 - Decomposição dos Fundos Próprios Suplementares

Lucros líquidos da carteira de negociação (desde que não incluídos nos resultados intercalares do exercício em curso)
 + Empréstimos subordinados de curto prazo (até 200% dos FPB disponíveis)
 + Elementos assimiláveis a empréstimos subordinados de curto prazo (até 200% dos FPB disponíveis)
 = **FUNDOS PRÓPRIOS SUPLEMENTARES**

Fonte: Fernando Félix Cardoso, *Desenvolvimento da Regulamentação Prudencial com maior impacto da avaliação de um Banco*, Slides 2010

Anexo 5 - Rácio Core Tier I

	BCP	BES	BPI	CGD	FINIB	MG	Média
2005	4,20%	6,20%	7,30%	n.d	n.d	6,68%	6,10%
2006	6,60%	8,40%	7,40%	6,70%	5,40%	7,28%	6,96%
2007	5,50%	7,50%	6,20%	7,40%	5,10%	6,42%	6,35%
2008	7,10%	7,10%	8,80%	7,50%	6,80%	7,92%	7,54%
2009	9,30%	8,30%	8,60%	8,50%	8,20%	9,51%	8,74%
Média	6,54%	7,50%	7,66%	7,53%	6,38%	7,56%	

Fonte: Elaboração própria, com base nos Relatórios e Contas

Anexo 6 - Rácio de Solvabilidade

	BCP	BES	BPI	CGD	FINIB	MG	Média
2005	12,90%	12,30%	11,50%	n.d	n.d	10,74%	11,86%
2006	11,00%	13,10%	9,40%	10,50%	8,10%	10,75%	10,48%
2007	9,60%	11,50%	9,90%	10,10%	8,10%	8,95%	9,69%
2008	10,50%	11,30%	11,30%	10,70%	9,90%	11,44%	10,86%
2009	11,50%	11,30%	11,00%	12,60%	11,70%	13,25%	11,89%
Média	11,10%	11,90%	10,62%	10,98%	9,45%	11,03%	

Fonte: Elaboração própria, com base nos Relatórios e Contas

Anexo 7 - Elementos que compõe o numerador do Rácio Core Tier I

+ Capital Realizado
+ Prémios de Emissão
+ Reservas legais, estatutárias ou formadas por resultados não distribuídos
+ Resultados Positivos do último exercício e do exercício em curso
+ Reservas de conversão cambial e de cobertura de investimento em unidade estrangeira
+ Reservas correspondentes a ativos por impostos diferidos (que contem como elemento negativo)
+ Interesses minoritários
+ Diferenças negativas de primeira consolidação
+ Diferenças negativas de reavaliação decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial (originadas no processo de consolidação)
Elementos negativos
- Ações próprias
- Ativos intangíveis
- Resultados negativos do último exercício e do exercício em curso
- Reservas de reavaliação negativas
- Reservas correspondentes a ativos por impostos diferidos (que contem como elemento positivo)
- Diferenças negativas de reavaliação decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial
- Insuficiências na constituição de provisões
- Perdas atuariais não reconhecidas contabilisticamente como custo
- Despesas com custo diferido
- Lucros líquidos resultantes de receitas futuras provenientes de ativos titularizados
- Diferenças positivas de primeira consolidação
- Diferenças positivas de reavaliação decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial (originadas no processo de consolidação)
- Ganhos não realizados em propriedades de investimento
- Somatório das diferenças entre o valor das provisões regulamentares e o valor da imparidade
= Core Capital (numerador do Rácio Core Tier I)

Fonte: Adaptado do Anexo ao Aviso do Banco de Portugal de 5/04/2011

Anexo 8 - Excerto do Relatório da EBA (Outubro 2012)

2. As medidas de capitalização concretizadas pelos quatro grupos bancários portugueses que participaram neste exercício (CGD, BCP, Banco BPI e ESFG) permitiu atingir, em 30 de Junho de 2012, os objetivos de capital regulamentar Core Tier 1 fixados pela EBA1, depois de uma avaliação prudente, a valores de mercado, das exposições a dívida soberana detidas em 30 de Setembro de 2011 (i.e. o “sovereign buffer”).

3. As medidas de capitalização foram concretizadas do seguinte modo:

- O reforço de capital regulamentar efetuado pelo grupo CGD (1.650 M€), foi realizado pelo Estado português enquanto acionista único;
- As operações que conduziram ao reforço do capital regulamentar efetuadas pelos grupos BCP (3.000 M€) e Banco BPI (1.500 M€) com recurso a fundos públicos, foram realizadas ao abrigo do fundo de apoio à capitalização dos bancos criado no quadro do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, no montante global de 12.000 M€;
- O grupo ESFG concretizou as operações de aumento de capital (1.510 M€) no mercado com recurso a fundos privados.

Fonte: *Relatório da Autoridade Bancária Europeia (EBA) sobre os resultados finais do Exercício Europeu de Reforço de Capitais*, Banco de Portugal, Outubro de 2012